



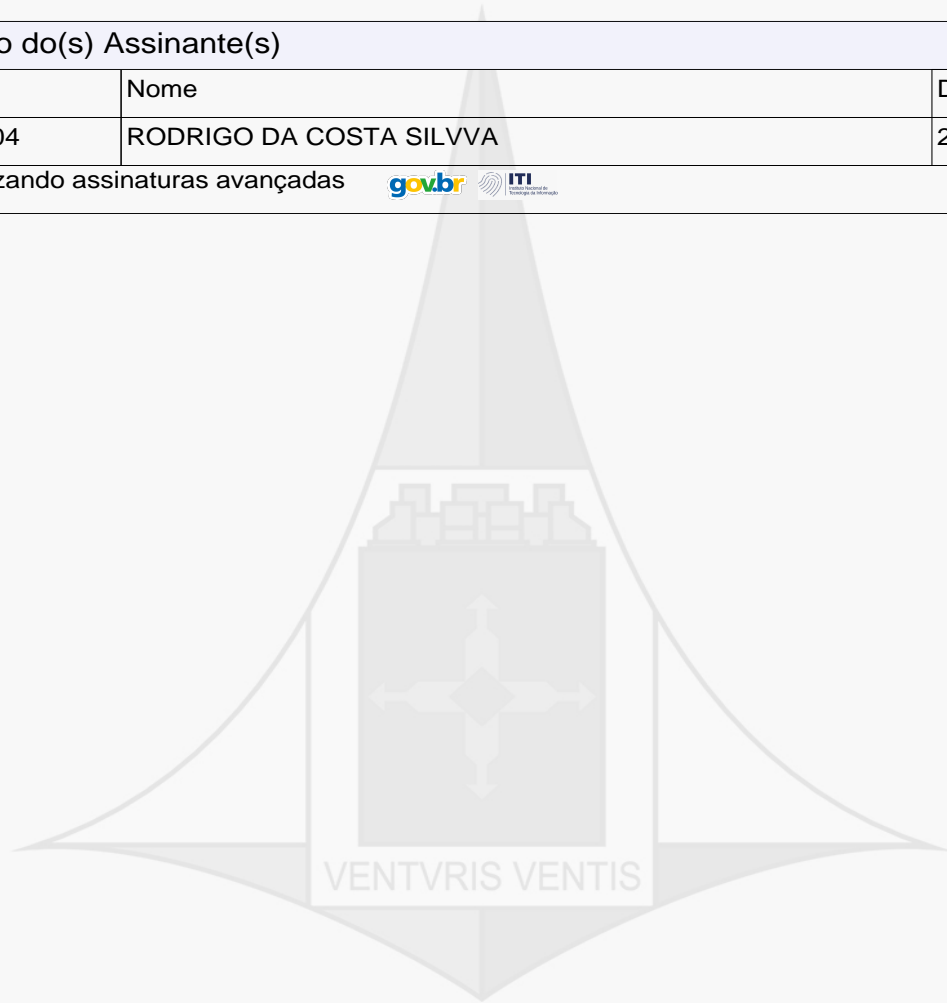
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo


Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/129.328-3	DFP2300210718	04/10/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
871.384.251-04	RODRIGO DA COSTA SILVVA	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53300026491 em 26/10/2023 da Empresa RCS TECNOLOGIA S/A, CNPJ 08220952000122 e protocolo DFP2300210718 - 04/10/2023. Autenticação: BEBA856C308E358621CE9B2E53972EEF6E13C81. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/129.328-3 e o código de segurança Wz4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia Secretária-Geral.


ANNA CLÁUDIA LEITE MESQUITA GARCIA
SECRETÁRIA-GERAL

**TRIGÉSIMA TERCEIRA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

RCS TECNOLOGIA LTDA

CNPJ/ME nº 08.220.952/0001-22

NIRE 53.2.0134996-9

Por este instrumento particular, **RODRIGO DA COSTA SILVA**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, nascido em 13/05/1979, inscrito no CPF sob o nº 871.384.251-04 e portador do RG nº 1.844.668-SSP/DF, residente e domiciliado à SHIS QI 26, Cj. 12, Casa 09, Lago Sul, cidade de Brasília/DF, CEP 71.670-120; **SILVANA DA COSTA SILVA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida em 11/05/1960, inscrita no CPF sob o nº 461.307.481-91 e portadora do RG nº 1.643.174-SSP/DF, residente e domiciliada à SHIS QI 26, Cj. 12, Casa 09, Lago Sul, cidade de Brasília/DF, CEP 71.670-120; **LUIS ALBUQUERQUE RIBEIRO JUNIOR**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, nascido em 22/09/1982, inscrito no CPF sob o nº 958.196.651-04, no CREA sob o nº DF-14900/D e portador do RG nº 1913549-SSP/DF, residente e domiciliado à S H MANGUEIRAL QC 14, Rua C, Casa 02, Jardim Acácias, cidade de São Sebastião/DF, CEP 71.699-769; **SERGIO TADEU DA SILVA BARROS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, nascido em 11/04/1979, inscrito no CPF sob o nº 623.537.482-87, no CREA sob o nº DF-14845/D e portador do RG nº 2562665-SSP/PA, residente e domiciliado à Quadra 203, Lote 03, Bloco D, Apto. 503, Portal das Andorinhas, Taguatinga, cidade de Brasília/DF, CEP 71.939-360; **GERMANO MONTEIRO RAMOS**, brasileiro, solteiro, engenheiro, nascido em 04/10/1984, inscrito no CPF sob o nº 107.914.727-60, no CREA nº RJ-200538451-8 e portador do RG nº 20.242749-8-SSP/RJ, residente e domiciliado na Rua Violeta, nº 96, Jardim das Flores, cidade de Atibaia/SP CEP 12.947-507; únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **RCS TECNOLOGIA LTDA** ("Sociedade"), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 08.220.952/0001-22, com sede à SAAN, Quadra 03, Lote 480, 1º e 2º



Andares e Térreo, Zona Industrial, cidade de Brasília/DF, CEP 70.632-300, registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE nº 53.2.0134996-9, por despacho de 08/08/2006, decidem proceder as seguintes alterações e a transformação da sociedade, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

1.1. Considerando ser conveniente aos interesses sociais, resolvem os sócios, por unanimidade, proceder a transformação do tipo social, de sociedade por quotas de responsabilidade limitada em sociedade anônima de capital fechado, passando esta Sociedade e suas filiais a denominarem-se “**RCS TECNOLOGIA S/A**” (“Companhia”).

1.2. Sem embargo da transformação da Sociedade a ser levada a efeito nesta alteração contratual, os sócios resolvem, unanimemente, que fica mantida a sua integridade, inclusive no que se refere aos sócios/acionistas que compõem o atual quadro societário, em continuação e sucessão da sociedade limitada, sem solução de continuidade dos negócios sociais, sem modificação ou interrupção de direitos ou obrigações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CAPITAL SOCIAL

2.1. Face a transformação, o capital social derivado da Sociedade ora transformada, enquanto sociedade limitada, correspondente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), passa a ser representado por 1.000.000,00 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas através da versão do patrimônio da **RCS TECNOLOGIA LTDA**, registrada sob o NIRE nº 53.2.0134996-9.

2.2. Em consequência do exposto, as quotas sociais são transformadas em ações, estas atribuídas aos antes sócios quotistas, e agora acionistas, na mesma proporção da participação anterior de cada qual no capital social da Sociedade ora transformada, cuja distribuição é a seguinte:



ACIONISTA	AÇÕES	VALOR (R\$)	%
RODRIGO DA COSTA SILVA	480.000	480.000,00	48%
SILVANA DA COSTA SILVA	475.000	475.000,00	47,50%
LUIS ALBUQUERQUE RIBEIRO JUNIOR	15.000	15.000,00	1,50%
SERGIO TADEU DA SILVA BARROS	15.000	15.000,00	1,50%
GERMANO MONTEIRO RAMOS	15.000	15.000,00	1,50%
TOTAL	1.000.000	1.000.000,00	100%

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DIRETORIA

3.1. Deliberaram, ainda, eleger e aprovar os Termos de Posse da Diretoria da Companhia, composta por 2 (dois) diretores, pelo mandato de 3 (três) anos, nos termos do item “IV” e Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, com a designação dos respectivos cargos:

(i) Sr. **RODRIGO DA COSTA SILVA**, brasileiro, nascido em 13/05/1979, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, inscrito no CPF sob o nº 871.384.251-04 e portador do RG nº 1.844.668-SSP/DF, residente e domiciliado à SHIS QI 26, Cj. 12, Casa 09, Lago Sul, cidade de Brasília/DF, CEP 71.670-120, para o cargo de Diretor Presidente; e

(ii) Sr. **JAMES ANDRADE DA SILVA**, brasileiro, nascido em 10/09/1955, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 873.170.958-34 e RG nº 6.989.438 SSP/SP, residente e domiciliado na SHIS QI 26 CJ 12 C 09, cidade de Brasília/DF, CEP 71670-120, para o cargo de Diretor de Gestão Estratégica.

3.1.1. Os Diretores eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou



por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA QUARTA – DO ESTATUTO SOCIAL

4.1. Para refletir as deliberações tomadas, resolvem aprovar a transformação proposta e dar nova redação às disposições contratuais, firmando em ato contínuo o Estatuto Social cuja redação encontra-se incluída no Anexo I, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

Brasília, 02 de outubro de 2023.

Sócios/Acionistas:

RODRIGO DA COSTA SILVA

SILVANA DA COSTA SILVA

**LUIS
ALBUQUERQUE
RIBEIRO JUNIOR**

**SERGIO TADEU DA
SILVA BARROS**

**GERMANO
MONTEIRO RAMOS**

Diretores:

RODRIGO DA COSTA SILVA

JAMES ANDRADE DA SILVA



ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA "RCS TECNOLOGIA S/A" RESULTANTE DA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE "RCS TECNOLOGIA LTDA"

RCS TECNOLOGIA S/A

CNPJ/ME nº 08.220.952/0001-22

NIRE 53.2.0134996-9

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º – Sob a denominação de "RCS TECNOLOGIA S/A" ("Companhia") fica constituída uma sociedade anônima brasileira, que reger-se-á pelas disposições deste Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas celebrado em 02 de outubro de 2023 e arquivado, na mesma data, na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas") e pelas disposições legais regularmente aplicáveis.

Art. 2º – A Companhia tem sede e foro à SAAN, Quadra 03, lote 480, térreo, 1º, 2º, Zona Industrial, cidade de Brasília, no estado do Distrito Federal, CEP 70632-300, e filiais:

- (i) Filial 01: sede na Rua Joaquim Floriano 397, 2º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04.534-011, inscrita no CNPJ sob o nº 08.220.952/0002-03, registrada na JUCESP sob o NIRE nº 3590510999-5 em 11/04/2016;
- (ii) Filial 03: sede na Rua José Paganini, SN, lote 05 e 06, Bairro Fátima, São Mateus/ES, CEP 29933-690, inscrita no CNPJ sob o nº 08.220.952/0004-75, registrada na JUCEES sob o NIRE nº 32900607498 em 11/02/2019;
- (iii) Filial 04: sede na Av. Wilson Rosado, 54, bairro Planalto Treze de Maio, Mossoró/RN, CEP 59633-629, inscrita no CNPJ nº 08.220.952/0005-56, registrada na JUCERN sob o NIRE nº 24900316764 em 08/03/2019;
- (iv) Filial 06: sede na Avenida Pasteur, 110, 7º Andar, bairro Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.290-240, inscrita no CNPJ sob o nº



08.220.952/0007-18, registrada na JUCERJA sob o NIRE nº 3390158235-0 em 30/04/2021;

(v) Filial 07: sede na Avenida Dom Luis, 807, Sala PV20, 20º andar, bairro Meireles, Fortaleza/CE, CEP 60.160-230, inscrita no CNPJ sob o nº 08.220.952/0009-80, registrada na JUCEC sob o NIRE nº 2392001988-8 em 19/01/2022;

(vi) Filial 08: sede na Rua Pau Darco, 103, bairro Nova Pojuca, Pojuca/BA, CEP 48.120.000, inscrita no CNPJ sob nº 08.220.952/0008-07, registrado na JUCEB sob o NIRE nº 2990203916-9 em 19/01/2022;

(vii) Filial 09: sede na Estrada BR 110, Povoado de Piquiri, Sítio Piquiri, Km 22,5, Zona Rural, Mossoró/RN, CEP 59.600-010, inscrita no CNPJ sob nº 08.220.952/0010-13, registrado na JUCERN sob o NIRE nº 2490045574-8 em 20/10/2022;

(viii) Filial 10: sede na Avenida Ângelo Varela, 1209, Alto Alegre, Rodrigues/RN, CEP 59.507-000, inscrita no CNPJ sob nº 08.220.952/0011-02, registrada na JUCERN sob o NIRE nº 2490045575-6 em 20/10/2022;

(ix) Filial 11: sede na Avenida Miguel Alcides de Araújo, 1920, Lote A, Capim Macio, Natal/RN, CEP 59078-270, inscrito no CNPJ sob nº 08.220.952/0012-85, registrada na JUCERN sob o NIRE nº 2490045960-3 em 28/06/2023;

(x) Filial 12: sede na Rua José Gomes, 258, Sala 05, CXPST 288, Jatiúca, Maceió/AL, CEP 57036-240.

Parágrafo Único – Mediante deliberação, a Companhia poderá instalar, manter ou extinguir, filiais, agências, escritórios, depósitos e quaisquer estabelecimentos, necessários ao desempenho das atividades consubstanciadas no objetivo social, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, respeitadas as prescrições e exigências legais e estatutárias pertinentes.

Art. 3º – A Companhia tem por objeto:

- (i) Prestação de serviços de:
 - a) Serviços de Engenharia;
 - b) Execução de obras de construção civil, hidráulica, instalações elétricas, eletrônicas e mecânicas;



- c) Locação de mão de obra temporária;
- d) Gerenciamento, direção, coordenação e execução de operação e manutenção de instalações prediais e industriais, mecânicas, elétricas e eletrônicas, automação, sistemas de segurança, instrumentação, telecomunicações, sonorização, sistema de proteção contra descarga atmosférica – SPDA, sinalizações, manutenção de Sprinklers, sistemas de hidrantes e demais instalações eletrônicas, mecânicas e elétricas em alta e baixa tensão;
- e) Direção, coordenação, supervisão e execução de obras de instalações de redes estruturadas de transmissão de dados, voz e imagem, fibras ópticas, automação predial e industrial, subestações transformadoras, sistemas de distribuição e geração de energia elétrica, ar condicionado, refrigeração, aquecimento e exaustão mecânica, instalações telefônicas, CFTV, sistemas de detecção, alarme e combate a incêndio, sistema de proteção contra descarga atmosférica – SPDA, sinalizações, manutenção de Sprinklers, sistemas de hidrantes e demais instalações eletrônicas, mecânicas e elétricas em alta e baixa tensão;
- f) Instalação e manutenção de preventivos contra incêndio e pânico;
- g) Brigada de Incêndio de Empresa Privada;
- h) Serviço de apoio, conservação, copa, limpeza e higienização predial, recepção e disposição de lixo;
- i) Comércio varejista de produtos alimentícios;
- j) Comércio varejista de materiais para construção;
- k) Locação de máquinas e equipamentos;
- l) Serviços relacionados à extração de petróleo e gás realizados sob contrato;
- m) Perfuração dirigida, reperfuração, perfuração inicial, elevação, reparos e desmantelamento de torres de perfuração, cementação dos tubos dos poços de petróleo e gás, fechamento de poços e outras atividades conexas;
- n) Atividades de liquefação, regaseificação e outros processos que facilitem o transporte de gás natural, feitos no local da extração;
- o) Manutenção e reparação de equipamentos para a indústria de prospecção e extração de petróleo, perfuratrizes, sondas, brocas rotativas;



- p) Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes;
- q) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação.

Art. 4º – A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

II – DO CAPITAL SOCIAL

Art. 5º – O capital social da Companhia é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Art. 6º – Cada ação ordinária nominativa dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 7º – As transferências de ações da Companhia obedecerão ao disposto no Acordo de Acionistas e demais instrumentos, se houver, que regulem o direito de preferência, vedações à alienação e outros temas correlatos à transferência de ações.

III – DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º – A Companhia será administrada por uma Diretoria e pela Assembleia de Acionistas, aos quais competirá exercer as funções e atribuições fixadas neste Estatuto Social, observado o disposto no Acordo de Acionistas e na Lei 6.404/76.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores, que será distribuída de acordo com o disposto neste Estatuto Social.



IV – DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 9º – A Diretoria Executiva da Companhia será composta por, no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) diretores, em observância ao disposto no Acordo de Acionistas, todos residentes no Brasil, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Gestão Estratégica obrigatoriamente, e os demais diretores sem denominação específica, todos com mandato unificado de até 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores permanecerão nos respectivos cargos e no pleno exercício de suas funções até que seus sucessores sejam empossados, exceto em casos de renúncia ou destituição.

Parágrafo Segundo – A Diretoria Executiva poderá indicar à Assembleia Geral, diretores que auxiliarão nas atividades da Companhia, cuja denominação e funções serão designadas no termo de posse.

Art. 10º – Compete à Diretoria Executiva a administração regular da Companhia, podendo essa ser representada (i) por 2 (dois) diretores em conjunto, ou (ii) por 1 (um) diretor e 1 (um) procurador em conjunto, em observância ao disposto no Acordo de Acionistas.

Parágrafo Primeiro – Além das competências fixadas em lei, será competência dos Diretores, em conjunto, deliberar sobre:

- (i) Aquisição de bens do ativo imobilizado, fixo ou permanente, até 1 (uma) vez o faturamento mensal médio da Companhia nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, ou até a R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), o que for menor, em operação isolada ou conjunto de operações correlatas em um mesmo exercício social;
- (ii) Qualquer obtenção de endividamento, empréstimo ou operações de hedge financeiro nos limites definidos pela Assembleia Geral;
- (iii) Qualquer ato que resulte na criação ou constituição de Ônus sobre bens ou direitos da Companhia, seja em operação isolada ou conjunto de operações correlatas, independentemente do valor envolvido;



- (iv) Celebração ou alteração de qualquer contrato, acordo ou operação, independentemente do valor envolvido;
- (v) Escolha ou destituição do auditor independente;
- (vi) Celebração ou alteração, pela Companhia ou suas controladas, de qualquer contrato, acordo ou operação que tenha por objeto ou envolva o compartilhamento, o acesso e/ou a utilização de bases de dados da Companhia e/ou de suas controladas e/ou informações relativas aos seus respectivos clientes, fornecedores, produtos e/ou serviços da companhia e/ou das controladas.

Parágrafo Segundo – Compete ao Diretor Presidente, isoladamente, além das competências fixadas em lei e aquelas do artigo 10º, Pr. Primeiro, deste Estatuto Social:

- (i) Convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria da Companhia;
- (ii) Administrar todos os negócios sociais, representando a Companhia ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais e outras entidades de direito público, praticar, enfim, todos e quaisquer atos que julgar necessários para o bom andamento dos negócios sociais.

Parágrafo Terceiro – Compete ao Diretor de Gestão Estratégica, isoladamente, além das competências fixadas em lei e aquelas do artigo 10º, Pr. Primeiro, deste Estatuto Social, substituir o Diretor Presidente em suas ausências, bem como apoiá-lo em suas atribuições, exercendo as funções de relação com investidores, coordenação contábil da Companhia, incluindo, mas não se limitando, ao planejamento estratégico e setorial.

Parágrafo Quarto – Para os fins deste Estatuto, aplicam-se as seguintes definições:

- (i) "Curso Normal dos Negócios" significa o conjunto de atividades que, pela sua natureza, finalidade, montante, valores, ou forma de execução, sejam necessárias e suficientes à consecução do objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, conforme aplicável, levando em consideração a continuidade de tais atividades nos seus níveis e padrões



usuais e dentro das práticas de governança exigidas pelas leis aplicáveis e pelo Acordo de Acionistas;

(ii) “Ônus” significa quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, incluindo qualquer tipo de encargo, direitos reais de garantia, usufruto, penhor, penhora, arresto, hipoteca, caução, reclamação, alienação fiduciária, servidão, esbulho possessório, direito de preferência, direito de primeira oferta, direito de venda conjunta, direito de exigir venda conjunta, contrato de reserva de domínio, reivindicação, indisponibilidade, restrição, ou qualquer outro direito real de fruição, caução ou outra garantia ou restrições de qualquer natureza que possuam substancialmente os mesmos efeitos dos institutos ora referidos, o que inclui, sem limitação, gravames constituídos em decorrência de disposição contratual ou de decisão de autoridade governamental.

Art. 11º – A Companhia poderá constituir mandatários para lhe representar para quaisquer fins lícitos.

Parágrafo Único – As procurações serão sempre assinadas por 2 (dois) diretores e serão outorgadas para fins específicos e por prazo determinado, não excedente de 1 (um) ano, exceto para representação da Companhia em processos administrativos ou judiciais, caso em que a procuração poderá ser outorgada por qualquer Diretor por prazo indeterminado.

V – DO CONSELHO FISCAL

Art. 12º – A sociedade terá um Conselho Fiscal, em caráter não permanente, o qual, quando instalado, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal terá a remuneração que for estabelecida pela Assembleia Geral, observado o disposto no art. 162, §3º, da Lei 6.404/76.

VI – DA ASSEMBLEIA GERAL



Art. 13º – A Assembleia Geral reunir-se-á:

- (i) Ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias previstas no art. 132 da Lei 6.404/76, conforme aplicáveis.
- (ii) Extraordinariamente, sempre que os interesses da sociedade o exigirem, inclusive para deliberar sobre a alteração e reforma do Estatuto Social.

Art. 14º – A Assembleia Geral poderá ser convocada pelos Diretores da Companhia, devendo ser realizada, em adição às formalidades legais, notificação por escrito enviada a todos os acionistas, sendo acompanhada por uma lista das matérias a serem deliberadas na referida Assembleia Geral e, conforme o caso, por cópia dos documentos pertinentes à deliberação das matérias.

Parágrafo Primeiro – Será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, ficando dispensada sua convocação.

Parágrafo Segundo – A convocação da Assembleia Geral deverá ser realizada, em primeira convocação, com, no mínimo, 8 (oito) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral. Não se realizando a Assembleia Geral, em primeira convocação, será realizada segunda convocação, com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral instalar-se-á, (i) em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem pelo menos a maioria do capital votante e, (ii) em segunda convocação, com qualquer número de acionistas presentes, exceto se quórum maior for exigido em lei, mas sem prejuízo do quórum de deliberação legal ou daquele previsto no Art. 15º, bem como do disposto no artigo 118, §9º da Lei 6.404/76, ou do Acordo de Acionista.



Parágrafo Quarto – A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente da Companhia, que escolherá o secretário da mesa. Na ausência do Presidente, o presidente será escolhido pelos acionistas representando a maioria dos votos na Assembleia Geral.

Parágrafo Quinto – Os acionistas poderão participar das Assembleias Gerais por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a interação de cada acionista com todos os demais acionistas, devendo, em qualquer hipótese, ser respeitados os procedimentos de convocação e quórum de instalação previstos acima. Os acionistas que participarem remotamente da Assembleia Geral deverão informar à Companhia sobre a forma de participação na Assembleia com 01 (um) dia de antecedência e formalizar seu voto, no prazo de 02 (dois) dias a contar da realização da Assembleia, por meio de notificação escrita com aviso de recebimento ou por correspondência eletrônica (e-mail) (neste último caso, desde que com a confirmação de seu recebimento pelos destinatários).

Parágrafo Sexto – Ao término de toda Assembleia Geral, deverá ser lavrada ata, a qual será assinada por todos os Acionistas presentes e, posteriormente, transcrita em livro próprio, devendo os votos proferidos por acionistas que tenham participado da assembleia por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação e/ou na forma prevista no Parágrafo Quinto acima, constar da ata.

Art. 15º – Salvo se previsto de forma diversa na lei, neste Estatuto Social ou no Acordo de Acionistas, as matérias sujeitas à aprovação da Assembleia Geral da Companhia serão consideradas como aprovadas mediante o voto favorável da maioria dos acionistas presentes.

Art. 16º – As matérias a seguir serão obrigatoriamente submetidas à prévia deliberação da Assembleia Geral da Companhia e a Companhia e seus administradores obrigam-se a se abster de qualquer ato ou omissão relativo a tais matérias sem que antes tenham sido aprovados na forma



deste artigo, observado, conforme o caso, o disposto no Acordo de Acionistas:

- (i) Abertura, encerramento e alteração de filiais;
- (ii) Redução do capital social da Companhia (exceto para absorção de prejuízo), bem como recompra, resgate, amortização, reembolso, desdobramento, grupamento ou cancelamento de ações ou quotas (exceto cancelamento de ações ou quotas em tesouraria que já tenham sido objeto de recompra pela Companhia);
- (iii) Aumento do capital social da Companhia;
- (iv) Emissão pública de ações ou emissão privada, no Brasil ou no exterior, primária ou secundária, de quaisquer, debêntures ou outros Valores Mobiliários (convertíveis ou não), ou ainda a oferta primária ou secundária de ações ou Valores Mobiliários em bolsas de valores ou outro sistema equivalente, no Brasil ou no exterior;
- (v) Criação de nova classe de ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Companhia, ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, bem como a conversão de ações em outra classe ou espécie;
- (vi) Alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais de emissão da Companhia, caso aplicável, ou criação de nova classe mais favorecida;
- (vii) Qualquer (a) modificação relevante do objeto social da Companhia que implique em redução ou expansão substancial das suas áreas de atuação, e/ou atuação fora da sua área de negócios, (b) criação ou o início de atuação em ramo de negócio ou atividade substancialmente distinto de seus negócios, (c) encerramento ou alteração de negócio ou atividade relevante desenvolvida ou explorada dentro do Curso Normal dos Negócios da Companhia, (d) alteração do número de membros da Diretoria da Companhia, ou (e) alteração, exclusão ou inclusão de qualquer matéria de competência da Assembleia Geral;
- (viii) Redução do dividendo obrigatório ou a criação ou modificação de características de reserva estatutária, reserva para contingências, reserva de capital ou reserva de lucros a realizar, assim como a aprovação de qualquer retenção de lucros;
- (ix) Incorporação, incorporação de ações, fusão, cisão, transformação, reorganização ou consolidação de negócios envolvendo a Companhia;



- (x) Participação em grupo de sociedades nos termos do artigo 265 da Lei 6.404/76;
- (xi) Fixação da remuneração da diretoria para exercício seguinte;
- (xii) Aquisição, alienação, cessão, transferência, oneração ou, conforme aplicável, arrendamento de participação em sociedades ou pessoas jurídicas ou de estabelecimento, ou a realização de investimentos ou desinvestimentos em sociedades ou fundos de investimento em participações;
- (xiii) Alienação, cessão, transferência, oneração, ou arrendamento de bens do ativo intangível, exceto pelo licenciamento, a título oneroso, de qualquer ativo intangível da Companhia para clientes ou fornecedores da Companhia no Curso Normal dos Negócios;
- (xiv) Concessão de empréstimos de qualquer valor ou prestação pela Companhia de garantias em favor de terceiros, incluindo fiança, aval ou garantias reais sobre seus ativos, exceto, em qualquer caso, em favor de suas controladas desde que em operações que tenham observado as disposições deste estatuto e do Acordo de Acionistas;
- (xv) Celebração de qualquer acordo, verbal ou escrito, ou a realização de qualquer ato ou omissão, unilateral ou não, em ambos os casos, ainda que sob condição, entre, de um lado, a Companhia, e, de outro lado, (i) quaisquer Afiliadas da Companhia, ou (ii) quaisquer acionistas, quotistas, administradores ou empregados da Companhia ou de suas Afiliadas, ou qualquer cônjuge, companheiro, ascendente, descendente, herdeiro, ou colateral até 4º grau de qualquer das pessoas aqui mencionadas ou terceiros atuando em seu benefício, incluindo acordos para compartilhamento de custos, desde que observado os limites previstos no Acordo de Acionistas;
- (xvi) Aprovação e/ou alteração do plano de negócios e/ou do orçamento da Companhia e de qualquer plano de negócios, anual ou plurianual, ou orçamento relativo às suas controladas;
- (xvii) Qualquer a contratação de operações de mercado futuro ou derivativos, independentemente do valor envolvido.

VII – CONSELHO CONSULTIVO



Art. 17º – O Conselho Consultivo é o órgão colegiado que tem por objetivo promover o aconselhamento da diretoria, de forma independente, através de opiniões de caráter não vinculativo sobre assuntos financeiros, econômicos, técnicos, entre outros relevantes para a Companhia, por iniciativa própria ou quando solicitado por qualquer dos Diretores.

Parágrafo Primeiro - O Conselho Consultivo será composto por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado, acionistas ou não, residentes ou sediados no país, indicados pela Diretoria, na forma do Acordo de Acionistas, dentre pessoas de notória especialização profissional e reputação ilibada, eleitos e empossados pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitindo-se sucessivas reeleições.

Parágrafo Segundo - Terminado o mandato, os Conselheiros permanecerão em seus cargos até a nomeação e posse de seus substitutos.

Parágrafo Terceiro - No caso de vacância permanente de membro do Conselho Consultivo, a diretoria indicará novo membro, observando o Acordo de Acionistas, que deverá ser aprovado e empossado em Assembleia Geral convocada a reunir-se no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a vacância. O novo Conselheiro permanecerá no cargo até o fim do mandato do membro substituído.

Parágrafo Quarto - A remuneração dos membros do Conselho Consultivo será definida pela diretoria da Companhia.

Parágrafo Quinto – Os membros do Conselho Consultivo elegerão, entre seus pares, o Presidente do Conselho Consultivo, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleito. Os demais conselheiros não terão designação específica.

Parágrafo Sexto – Após a eleição do Presidente, os membros do Conselho Consultivo deverão redigir o Regimento Interno do Conselho Consultivo,



documento que tem por objetivo disciplinar e regular a execução das competências legais e estatutárias do Conselho Consultivo.

Parágrafo Sétimo - Compete ao Conselho Consultivo:

- (i) Eleger o seu Presidente;
- (ii) Analisar, opinar e emitir pareceres sobre assuntos de relevância e de interesse geral da Companhia, sempre que consultado;
- (iii) Elaborar o seu Regimento Interno.

Parágrafo Oitavo - O Conselho Consultivo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação pelo Diretor Presidente da Companhia ou pelo Presidente do Conselho Consultivo para a realização da reunião na forma presencial, virtual ou híbrida, por meio de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio de comunicação à distância, lavrando-se as respectivas pautas e deliberações em ata.

Parágrafo Nono - As reuniões do Conselho Consultivo serão precedidas de convocação escrita, enviada por meio de correspondência eletrônica dirigida aos membros do Conselho Consultivo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, informando a ordem do dia.

Parágrafo Décimo - A presença de todos os conselheiros supre a exigência de prévia convocação com 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

Parágrafo Décimo Primeiro - O Conselho Consultivo, para validamente deliberar qualquer assunto, deverá reunir-se com a presença de dois terços de seus membros em exercício, não podendo fazer-se representar nas reuniões por qualquer outro membro ou terceiro.

Parágrafo Décimo Segundo - As reuniões do Conselho Consultivo serão assessoradas pelo secretário das reuniões escolhido pelo Presidente do Conselho entre os conselheiros presentes na própria reunião e suas deliberações serão tomadas por maioria simples de votos.



Parágrafo Décimo Terceiro - O Presidente da Companhia poderá participar das reuniões do Conselho Consultivo, na qualidade de ouvinte, sem direito a voto.

Parágrafo Décimo Quarto - As deliberações tomadas pelo Conselho Consultivo têm caráter meramente de aconselhamento e não vinculam os atos de gestão da Companhia, não sendo, a Companhia, obrigada a adotá-las.

VIII – EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 18º – O exercício social da Companhia encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano, devendo a Diretoria da Companhia entregar a Assembleia Geral (i) em até 60 (sessenta) dias contados do final de cada exercício social, uma cópia das demonstrações financeiras da Companhia, e (ii) em até 30 (trinta) dias contados do final de cada trimestre, uma cópia das demonstrações financeiras trimestrais da Companhia.

Parágrafo Único – As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser elaboradas de forma consolidada, em Reais, observando os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil.

Art. 19º – Do saldo do lucro líquido de cada exercício, após as deduções e destinação à reserva legal estabelecidas na Lei 6.404/76 e ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, serão destinados (i) o percentual de 10% (dez por cento) a 40% (quarenta por cento), conforme definido pela Assembleia Geral, para pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas; e (ii) o remanescente para constituição de uma Reserva de Investimento, que terá a finalidade e características previstas no Art. 20º e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

Art. 20º – A Reserva de Investimento terá por finalidade: (a) assegurar recursos para investimentos da Companhia em bens do ativo não circulante; (b) financiar a expansão das atividades da Companhia e suas controladas, inclusive por meio da aquisição de participação em outras



sociedades; (c) reforçar o capital de giro da Companhia e/ou de suas controladas; e (d) futuras distribuições como dividendos, na forma da lei, deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas. O saldo total da Reserva de Investimento da Companhia não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

Parágrafo Primeiro – O saldo remanescente de lucro, caso a Reserva de Investimentos tenha atingido o limite legal (e a menos que a capitalização da reserva no todo ou em parte tenha sido deliberada em Assembleia Geral), deverá ser integralmente distribuído como dividendo, respeitando a disponibilidade de caixa da Companhia, orçamento provisionado da Companhia e a necessidade de capital de giro do negócio.

Parágrafo Segundo – Caso o caixa disponível não seja suficiente para pagamento dos dividendos em determinado exercício social, na forma prevista no Parágrafo Primeiro acima, a parcela não paga de tais dividendos deverá ser alocada para a reserva de lucros a realizar e paga como dividendos aos acionistas tão logo a Companhia realize financeiramente tais lucros de acordo com o disposto na Lei 6.404/76.

IX – DA LIQUIDAÇÃO

Art. 21º – A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as normas legais pertinentes, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de sua liquidação, nomeando o Liquidante e o Conselho Fiscal que deverão assumir o funcionamento no período de liquidação, fixando-lhes as suas remunerações.

Art. 22º – O Liquidante e os Conselheiros Fiscais terão atribuições e poderes a eles outorgados por Lei.

Art. 23º – A qualquer tempo, a Assembleia Geral poderá destituir o Liquidante e os membros do Conselho Fiscal.

X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 24º – Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei nº 6.404/76 e demais leis aplicáveis.

Art. 25º – No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social deverão ser observados os termos e condições contidos no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, nos termos do art. 118 da Lei 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias ao referido Acordo de Acionistas e ao Presidente das Assembleias Gerais e da Diretoria abster-se de computar os votos lançados contra o referido Acordo de Acionistas, nos termos do presente Estatuto Social.

Art. 26º – Toda e qualquer disputa ou controvérsia decorrente do presente Estatuto Social ou de qualquer modo a ele relacionado, inclusive quanto à sua existência, validade, eficácia, cumprimento ou extinção ("Disputa"), será resolvida por arbitragem na forma prevista neste Artigo.

Parágrafo Primeiro – A arbitragem será administrada pela Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - Brasil (CAMARB), observando as normas procedimentais previstas em seu Regulamento de Arbitragem em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem, com exceção das alterações aqui previstas

Parágrafo Segundo – A arbitragem será conduzida por três árbitros ("Tribunal Arbitral"), sendo um nomeado pelo requerente e outro nomeado pelo requerido, na forma do Regulamento de Arbitragem. Se houver mais de um requerente e/ou mais de um requerido, os requerentes e/ou requeridos deverão indicar em conjunto seu respectivo árbitro. Os dois árbitros assim indicados nomearão, de comum acordo, o terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, na forma do Regulamento de Arbitragem. Caso qualquer dos três árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento de Arbitragem, caberá a Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - Brasil (CAMARB) nomear todos os membros do Tribunal Arbitral, de acordo com o previsto no Regulamento de Arbitragem.



Toda e qualquer controvérsia relativa à indicação dos árbitros pelas partes, bem como à escolha do terceiro árbitro, será dirimida pela Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - Brasil (CAMARB). Não será aplicável dispositivo do Regulamento de Arbitragem que limite a escolha do árbitro único, coárbitro ou presidente do tribunal arbitral à lista de árbitros da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - Brasil (CAMARB).

Parágrafo Terceiro – A arbitragem terá sede em Brasília, Distrito Federal, local em que será proferida a sentença arbitral, será conduzida em português. A lei de arbitragem brasileira será a lei aplicável à arbitragem. O Tribunal Arbitral deverá julgar o mérito da Disputa de acordo com a lei brasileira aplicável e não deverá julgar por equidade.

Parágrafo Quarto – O Tribunal Arbitral poderá conceder as tutelas urgentes, provisórias e definitivas que entender apropriadas, inclusive as voltadas ao cumprimento específico das obrigações previstas neste Estatuto Social. Qualquer ordem, decisão, determinação ou sentença proferida pelo Tribunal Arbitral será final e vinculante sobre as partes envolvidas na arbitragem e seus sucessores, que renunciam expressamente a qualquer recurso. A sentença arbitral poderá ser executada perante qualquer autoridade judiciária que tenha jurisdição sobre as partes envolvidas na arbitragem e/ou seus ativos.

Parágrafo Quinto – Cada parte envolvida na arbitragem arcará com os custos e as despesas a que der causa no decorrer da arbitragem e ratearão em partes iguais os custos e as despesas cuja causa não puder ser atribuída a uma parte específica. A sentença arbitral atribuirá à parte vencida, ou conforme a proporção em que as respectivas pretensões não forem acolhidas, a responsabilidade final pelo custo do processo, inclusive honorários advocatícios de sucumbência.

Parágrafo Sexto – Fica eleito o foro em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para os fins exclusivos de (i) exigir judicialmente o pagamento de valores líquidos e certos que possam ser cobrados pela via de execução judicial



independentemente de um prévio processo de conhecimento; (ii) assegurar a instituição da arbitragem; e/ou (iii) obter medidas urgentes para proteção ou salvaguarda de direitos previamente à instauração do Tribunal Arbitral, sem que isso seja considerado como renúncia à arbitragem. Qualquer medida concedida pelo Poder Judiciário deverá ser prontamente notificada a Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - Brasil (CAMARB) pela parte que requereu tal medida. O Tribunal Arbitral, uma vez constituído, poderá rever, manter ou revogar as medidas concedidas pelo Poder Judiciário.

Parágrafo Sétimo – É vedada a divulgação (ou permitir a divulgação) de quaisquer informações de que as partes envolvidas na arbitragem tomem conhecimento e quaisquer documentos apresentados nessa, que não sejam, de outra forma, de domínio público, quaisquer provas e materiais produzidos na arbitragem e quaisquer decisões proferidas na arbitragem, salvo se e na medida em que (i) o dever de divulgar essas informações decorrer da lei; (ii) a revelação dessas informações for requerida por uma autoridade governamental ou determinada pelo Poder Judiciário; (iii) essas informações tornarem-se públicas por qualquer outro meio não relacionado à revelação pelas partes envolvidas na arbitragem ou por suas afiliadas; ou (iv) a divulgação dessas informações for necessária para que uma das partes envolvidas na arbitragem recorra ao Poder Judiciário nas hipóteses previstas na Lei nº 9.307/96. Toda e qualquer controvérsia relacionada à obrigação de confidencialidade será dirimida pelo Tribunal Arbitral de forma final e vinculante.

Parágrafo Oitavo – Caso duas ou mais disputas surjam com relação ao presente Estatuto Social e/ou ao Acordo de Acionistas e/ou qualquer outro documento celebrado pelos acionistas da Companhia, sua resolução poderá ocorrer por meio de um único procedimento arbitral. Antes da constituição do Tribunal Arbitral, caberá a Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - Brasil (CAMARB) consolidar as referidas disputas em um único procedimento arbitral, de acordo com o Regulamento de Arbitragem. Depois da constituição do Tribunal Arbitral, a fim de facilitar a resolução de disputas relacionadas, este poderá, a pedido de uma das partes envolvidas na arbitragem, consolidar o procedimento arbitral com qualquer outro



procedimento arbitral pendente que envolva a resolução de disputas oriundas deste Acordo, do Acordo de Acionistas e/ou outro documento celebrado pelas partes envolvidas na arbitragem. O Tribunal Arbitral consolidará os procedimentos desde que (i) os procedimentos envolvam as mesmas partes; (ii) existam questões de fato e/ou de direito comuns entre eles; e (iii) a consolidação nessas circunstâncias não resulte em prejuízos decorrentes de atrasos injustificados para a solução de disputas. A competência para determinar a consolidação dos procedimentos e conduzir o procedimento consolidado será do primeiro tribunal arbitral constituído. A decisão de consolidação será final e vinculante sobre todas as partes envolvidas nas disputas e procedimentos arbitrais objeto da ordem de consolidação.

Parágrafo Nono – A Companhia vincula-se expressamente à presente cláusula compromissória para todos os fins de direito. A posse dos conselheiros e diretores da Companhia fica condicionada à adesão à presente cláusula compromissória.

Acionistas:

RODRIGO DA COSTA SILVA

SILVANA DA COSTA SILVA

**LUIS
ALBUQUERQUE
RIBEIRO JUNIOR**

**SERGIO TADEU DA
SILVA BARROS**

**GERMANO
MONTEIRO RAMOS**

Visto do Advogado:

Marcos Marcelo de Moraes e Matos - OAB/SP 131.379






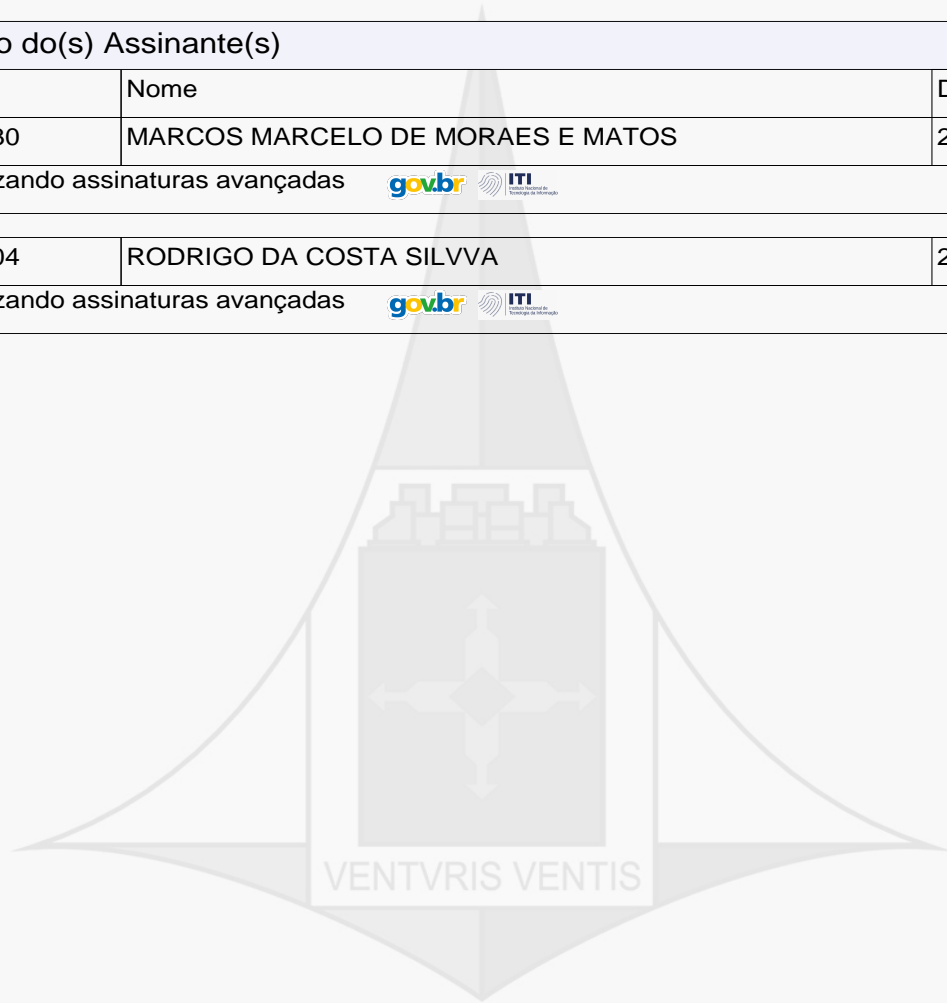
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal


Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/129.328-3	DFP2300210718	04/10/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
105.997.128-30	MARCOS MARCELO DE MORAES E MATOS	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
871.384.251-04	RODRIGO DA COSTA SILVVA	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53300026491 em 26/10/2023 da Empresa RCS TECNOLOGIA S/A, CNPJ 08220952000122 e protocolo DFP2300210718 - 04/10/2023. Autenticação: BEBA856C308E358621CE9B2E53972EEF6E13C81. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/129.328-3 e o código de segurança Wz4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia Secretária-Geral.


ANNA CLÁUDIA LEITE MESQUITA GARCIA
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 26/41

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL

REGISTRO DIGITAL

Eu, RODRIGO DA COSTA SILVA, BRASILEIRA, CASADO, EMPRESARIO, DATA DE NASCIMENTO 13/05/1979, RG Nº 1844668 SSP-DF, CPF 871.384.251-04, QUADRA SHIS QI 26 CONJUNTO 12, Nº 09, CASA, BAIRRO SETOR DE HABITACOES INDIVIDUAIS SUL, CEP 71670-120, BRASILIA - DF, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Brasilia, 24 de outubro de 2023.

RODRIGO DA COSTA SILVA
Assinatura Eletrônica Avançada



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53300026491 em 26/10/2023 da Empresa RCS TECNOLOGIA S/A, CNPJ 08220952000122 e protocolo DFP2300210718 - 04/10/2023. Autenticação: BEBA856C308E358621CE9B2E53972EEF6E13C81. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/129.328-3 e o código de segurança Wz4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia Secretária-Geral.


ANNA CLÁUDIA LEITE MESQUITA GARCIA
SECRETÁRIA-GERAL

RCS TECNOLOGIA S/A
CNPJ/ME nº 08.220.952/0001-22
NIRE 53.2.0134996-9

TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA DIRETORIA

Aos 02 de Outubro de 2023, compareceu à sede da Companhia **RCS TECNOLOGIA S/A** ("Companhia"), com sede à SAAN, Quadra 03, Lote 480, 1º e 2º Andares e Térreo, Zona Industrial, cidade de Brasília/DF, CEP 70.632-300, inscrita no CNPJ sob o nº 08.220.952/0001-22 e registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE nº 53.2.0134996-9, o Sr. **JAMES ANDRADE DA SILVA**, brasileiro, nascido em 10/09/1955, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 873.170.958-34 e RG nº 6.989.438 SSP/SP, residente e domiciliado na SHIS QI 26 CJ 12 C 09, cidade de Brasília/DF, CEP 71670-120, nomeado na 33ª alteração do Contrato Social da Companhia para o cargo de Diretor de Gestão Estratégica da Companhia pelo mandato de 3 (anos), a ser iniciado em 02 de outubro de 2023 e encerrado em 02 de outubro de 2026.

O Diretor ora empossado declara, sob as penas da lei: (i) que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou há pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o seu acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) que atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) que não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) ter ciência dos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, comprometendo-se a (a) respeitar, cumprir e fazer com que sejam cumpridas todas as disposições de tal Acordo e (b) abster-se de registrar, fazer valer ou tomar atitudes de qualquer natureza em decorrência de atos ou omissões que representem violação das disposições do Acordo.



Para fins do artigo 149, §2º da Lei nº 6.404/76, o Diretor indica que o endereço onde receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão será na SHIS QI 26 CJ 12 C 09, cidade de Brasília/DF, CEP 71670-120.

Ato contínuo, o Diretor ora empossado é investido em seu respectivo cargo, mediante a assinatura do presente Termo de Posse, conforme disposto no artigo 149 da Lei nº 6.404/76, que ficará arquivado na sede da Companhia, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos na forma da lei e do Estatuto Social.

Brasília/DF, 02 de Outubro de 2023.

JAMES ANDRADE DA SILVA

Diretor de Gestão Estratégica








JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

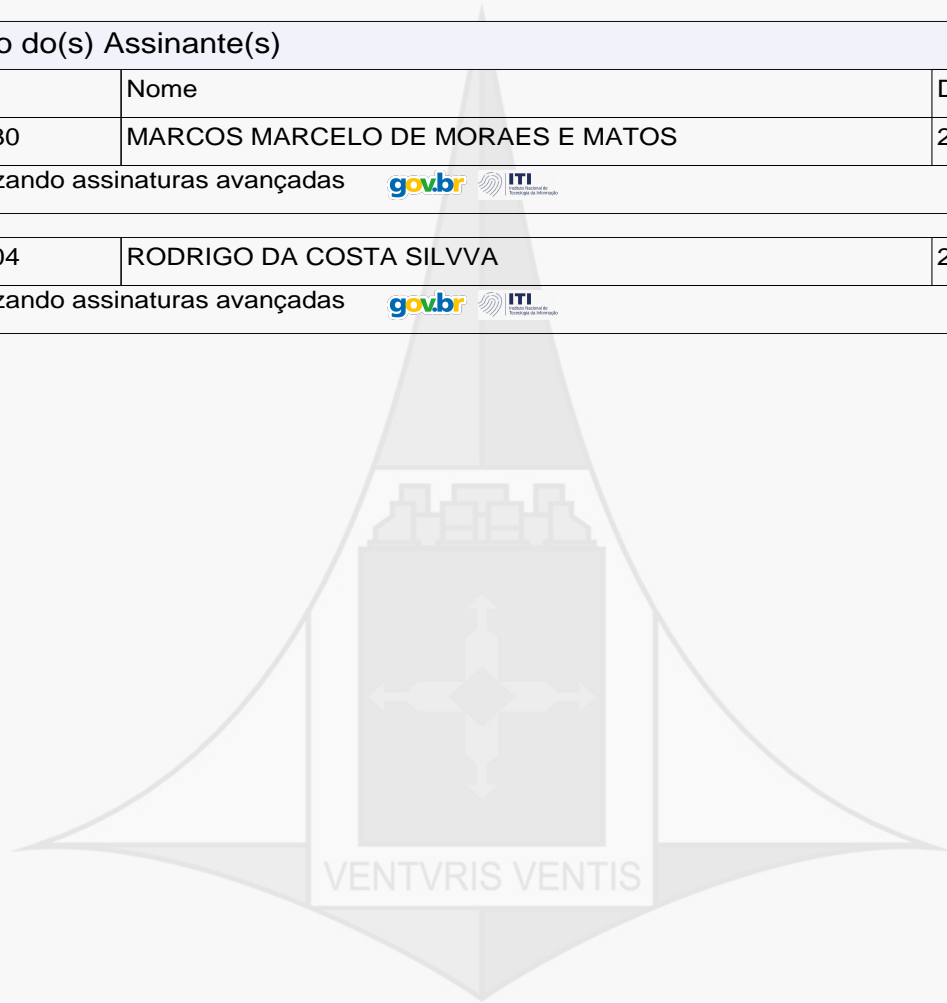
Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/129.328-3	DFP2300210718	04/10/2023


Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
105.997.128-30	MARCOS MARCELO DE MORAES E MATOS	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

871.384.251-04	RODRIGO DA COSTA SILVVA	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53300026491 em 26/10/2023 da Empresa RCS TECNOLOGIA S/A, CNPJ 08220952000122 e protocolo DFP2300210718 - 04/10/2023. Autenticação: BEBA856C308E358621CE9B2E53972EEF6E13C81. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/129.328-3 e o código de segurança Wz4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia Secretária-Geral.


ANNA CLÁUDIA LEITE MESQUITA GARCIA
SECRETÁRIA-GERAL

RCS TECNOLOGIA S/A
CNPJ/ME nº 08.220.952/0001-22
NIRE 53.2.0134996-9

TERMO DE POSSE DE MEMBRO DA DIRETORIA

Aos 02 de outubro de 2023, compareceu à sede da Companhia **RCS TECNOLOGIA S/A** ("Companhia"), com sede à SAAN, Quadra 03, Lote 480, 1º e 2º Andares e Térreo, Zona Industrial, cidade de Brasília/DF, CEP 70.632-300, inscrita no CNPJ sob o nº 08.220.952/0001-22 e registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE nº 53.2.0134996-9, o Sr. **RODRIGO DA COSTA SILVA**, brasileiro, nascido em 13/05/1979, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, inscrito no CPF sob o nº 871.384.251-04 e portador do RG nº 1.844.668-SSP/DF, residente e domiciliado à SHIS QI 26, Cj. 12, Casa 09, Lago Sul, cidade de Brasília/DF, CEP 71.670-120, nomeado na 33ª alteração do Contrato Social da Companhia para o cargo de Diretor Presidente da Companhia pelo mandato de 3 (anos), a ser iniciado em 02 de outubro de 2023 e encerrado em 02 de outubro de 2026.

O Diretor ora empossado declara, sob as penas da lei: (i) que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou há pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o seu acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) que atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) que não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76; (iv) ter ciência dos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, comprometendo-se a (a) respeitar, cumprir e fazer com que sejam cumpridas todas as disposições de tal Acordo e (b) abster-se de registrar, fazer valer ou tomar atitudes de qualquer natureza em decorrência de atos ou omissões que representem violação das disposições do Acordo.



Para fins do artigo 149, §2º da Lei nº 6.404/76, o Diretor indica que o endereço onde receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão será na SHIS QI 26, Cj. 12, Casa 09, Lago Sul, cidade de Brasília/DF, CEP 71.670-120.

Ato contínuo, o Diretor ora empossado é investido em seu respectivo cargo, mediante a assinatura do presente Termo de Posse, conforme disposto no artigo 149 da Lei nº 6.404/76, que ficará arquivado na sede da Companhia, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos na forma da lei e do Estatuto Social.

Brasília/DF, 03 de outubro de 2023.

RODRIGO DA COSTA SILVA

Diretor Presidente




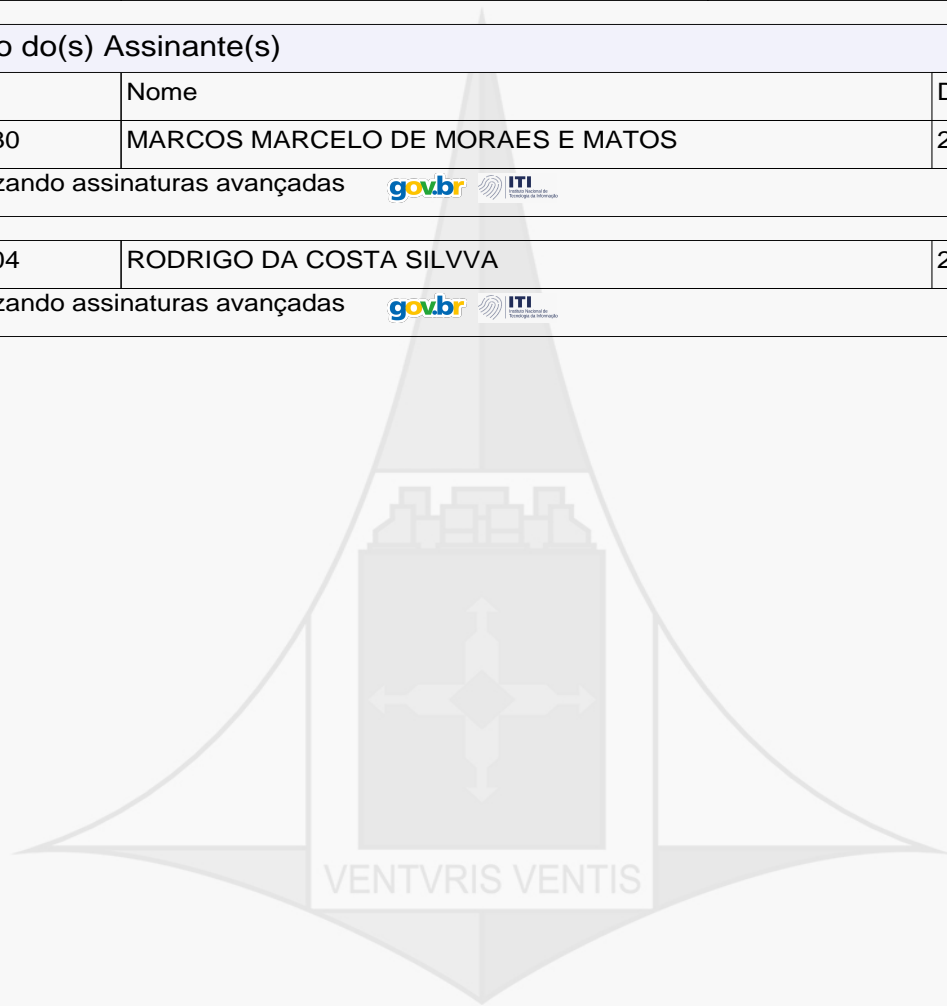
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Anexo


Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/129.328-3	DFP2300210718	04/10/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
105.997.128-30	MARCOS MARCELO DE MORAES E MATOS	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
871.384.251-04	RODRIGO DA COSTA SILVVA	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53300026491 em 26/10/2023 da Empresa RCS TECNOLOGIA S/A, CNPJ 08220952000122 e protocolo DFP2300210718 - 04/10/2023. Autenticação: BEBA856C308E358621CE9B2E53972EEF6E13C81. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/129.328-3 e o código de segurança Wz4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia Secretária-Geral.


ANNA CLÁUDIA LEITE MESQUITA GARCIA
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 33/41

ANEXO II

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA COMPANHIA "RCS TECNOLOGIA S/A"

CNPJ/ME nº 08.220.952/0001-22

NIRE 53.2.0134996-9

SUBSCRITOR	AÇÕES SUBSCRITAS	VALOR DE SUBSCRIÇÃO
RODRIGO DA COSTA SILVA	480.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas.	R\$ 480.000,00
SILVANA DA COSTA SILVA	475.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas.	R\$ 475.000,00
LUIS ALBUQUERQUE RIBEIRO JUNIOR	15.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas.	R\$ 15.000,00
SERGIO TADEU DA SILVA BARROS	15.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas.	R\$ 15.000,00
GERMANO MONTEIRO RAMOS	15.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas.	R\$ 15.000,00

Declaro, para todos os fins, que estou de acordo com as condições expressas no presente boletim e que tomei conhecimento das características das ações subscritas.

Brasília, 02 de outubro de 2023.

Acionistas:



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53300026491 em 26/10/2023 da Empresa RCS TECNOLOGIA S/A, CNPJ 08220952000122 e protocolo DFP2300210718 - 04/10/2023. Autenticação: BEBA856C308E358621CE9B2E53972EEF6E13C81. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/129.328-3 e o código de segurança Wz4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia Secretária-Geral.


ANNA CLÁUDIA LEITE MESQUITA GARCIA
SECRETÁRIA-GERAL

RODRIGO DA COSTA SILVA

SILVANA DA COSTA SILVA

**LUIS
ALBUQUERQUE
RIBEIRO JUNIOR**

**SERGIO TADEU DA
SILVA BARROS**

**GERMANO
MONTEIRO RAMOS**



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53300026491 em 26/10/2023 da Empresa RCS TECNOLOGIA S/A, CNPJ 08220952000122 e protocolo DFP2300210718 - 04/10/2023. Autenticação: BEBA856C308E358621CE9B2E53972EEF6E13C81. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/129.328-3 e o código de segurança Wz4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia Secretária-Geral.

ANNA CLÁUDIA LEITE MESQUITA GARCIA
SECRETÁRIA-GERAL

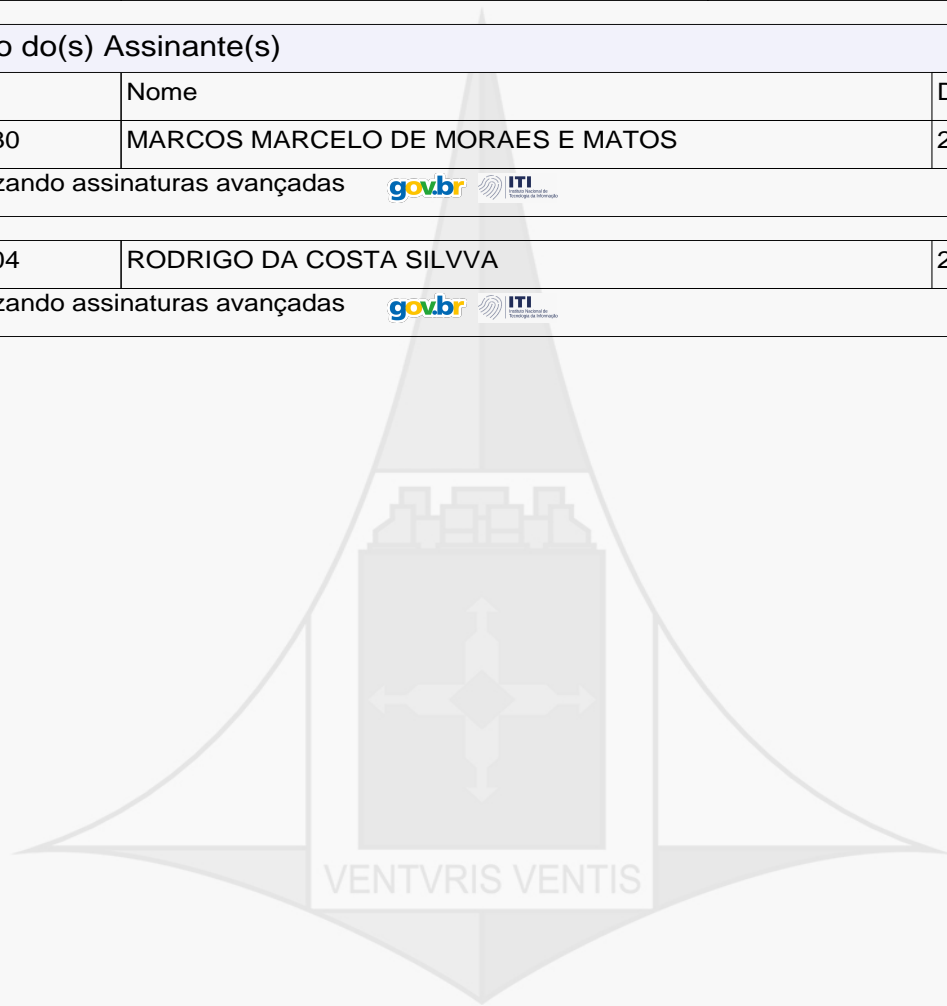
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Anexo


Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/129.328-3	DFP2300210718	04/10/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
105.997.128-30	MARCOS MARCELO DE MORAES E MATOS	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
871.384.251-04	RODRIGO DA COSTA SILVVA	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53300026491 em 26/10/2023 da Empresa RCS TECNOLOGIA S/A, CNPJ 08220952000122 e protocolo DFP2300210718 - 04/10/2023. Autenticação: BEBA856C308E358621CE9B2E53972EEF6E13C81. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/129.328-3 e o código de segurança Wz4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia Secretária-Geral.


ANNA CLÁUDIA LEITE MESQUITA GARCIA
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 36/41

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO(S) DOCUMENTO(S) ANEXO(S)
REGISTRO DIGITAL

Eu, RODRIGO DA COSTA SILVA, BRASILEIRA, CASADO, EMPRESARIO, DATA DE NASCIMENTO 13/05/1979, RG Nº 1844668 SSP-DF, CPF 871.384.251-04, QUADRA SHIS QI 26 CONJUNTO 12, Nº 09, CASA, BAIRRO SETOR DE HABITACOES INDIVIDUAIS SUL, CEP 71670-120, BRASILIA - DF, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Brasilia, 24 de outubro de 2023.

RODRIGO DA COSTA SILVA
Assinatura Eletrônica Avançada



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53300026491 em 26/10/2023 da Empresa RCS TECNOLOGIA S/A, CNPJ 08220952000122 e protocolo DFP2300210718 - 04/10/2023. Autenticação: BEBA856C308E358621CE9B2E53972EEF6E13C81. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/129.328-3 e o código de segurança Wz4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia Secretária-Geral.


ANNA CLÁUDIA LEITE MESQUITA GARCIA
SECRETÁRIA-GERAL



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL





Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RCS TECNOLOGIA S/A, de CNPJ 08.220.952/0001-22 e protocolado sob o número 23/129.328-3 em 04/10/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 53300026491, em 26/10/2023. O ato foi deferido eletronicamente pela TURMA QUATRO DE VOGAIS.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.





Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
871.384.251-04	RODRIGO DA COSTA SILVA	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		





Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
871.384.251-04	RODRIGO DA COSTA SILVA	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
105.997.128-30	MARCOS MARCELO DE MORAES E MATOS	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
871.384.251-04	RODRIGO DA COSTA SILVA	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
105.997.128-30	MARCOS MARCELO DE MORAES E MATOS	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
871.384.251-04	RODRIGO DA COSTA SILVA	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
105.997.128-30	MARCOS MARCELO DE MORAES E MATOS	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		







A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisdf](https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) informando o número do protocolo 23/129.328-3.





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
105.997.128-30	MARCOS MARCELO DE MORAES E MATOS	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
871.384.251-04	RODRIGO DA COSTA SILVVA	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Declaração Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
871.384.251-04	RODRIGO DA COSTA SILVA	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
871.384.251-04	RODRIGO DA COSTA SILVA	24/10/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Termo de Autenticação

Assinante(s)	
CPF	Nome
350.577.501-00	CARLA DE CASTRO GOMES MADEIRA - VOGAL
031.796.427-50	JULIANA GUIMARAES DE ABREU - VOGAL

Brasília, sexta-feira, 27 de outubro de 2023

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 02/10/2023



Documento assinado eletronicamente por JULIANA GUIMARAES DE ABREU - VOGAL em 27/10/2023, às 14:15.



Documento assinado eletronicamente por CARLA DE CASTRO GOMES MADEIRA - VOGAL em 27/10/2023, às 14:15.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisdf](http://portal.de.servicos.da.jucisdf) informando o número do protocolo 23/129.328-3.

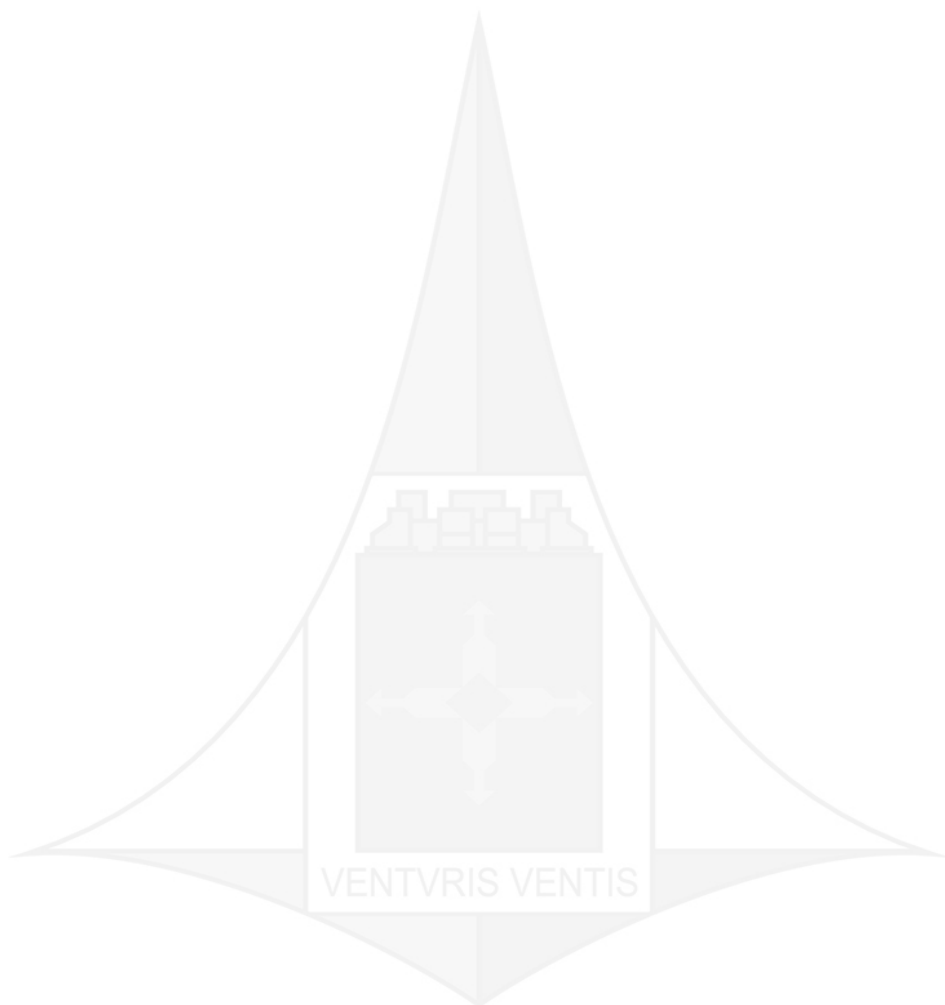




Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Documento assinado eletronicamente por 4ª Turma em 27/10/2023, às 14:15.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisdf](http://portal.de.servicos.da.jucisdf) informando o número do protocolo 23/129.328-3.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53300026491 em 26/10/2023 da Empresa RCS TECNOLOGIA S/A, CNPJ 08220952000122 e protocolo DFP2300210718 - 04/10/2023. Autenticação: BEBA856C308E358621CE9B2E53972EEF6E13C81. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/129.328-3 e o código de segurança Wz4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia Secretária-Geral.

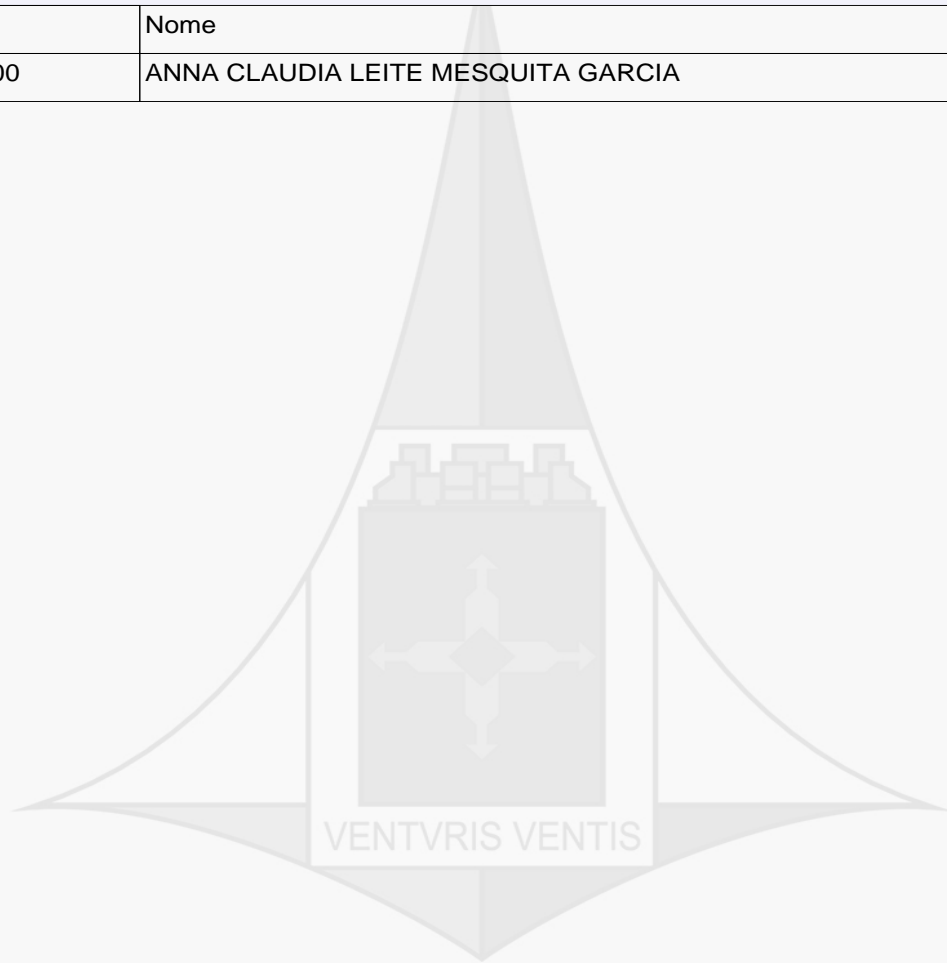
ANNA CLÁUDIA LEITE MESQUITA GARCIA
SECRETÁRIA-GERAL

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO
DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
816.021.031-00	ANNA CLAUDIA LEITE MESQUITA GARCIA



Brasília. sexta-feira, 27 de outubro de 2023



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certifico registro sob o nº 53300026491 em 26/10/2023 da Empresa RCS TECNOLOGIA S/A, CNPJ 08220952000122 e protocolo DFP2300210718 - 04/10/2023. Autenticação: BEBA856C308E358621CE9B2E53972EEF6E13C81. Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 23/129.328-3 e o código de segurança Wz4a Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2023 por Anna Cláudia Leite Mesquita Garcia Secretária-Geral.

ANNA CLAUDIA LEITE MESQUITA GARCIA
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 41/41